

Apontamentos sobre a investigação sociológica: possibilidades e caminhos da pesquisa

Alberto Albuquerque Gomes*

Este artigo é uma proposta de análise das questões fundamentais do método de pesquisa nas ciências sociais. Este assunto foi objeto de discussões incontáveis e produção de vários textos no sentido de explicar sua relevância em geral no contexto acadêmico. Um dos aspectos principais de tal discussão é de como validar a pesquisa, em outras palavras, quais padrões e ferramentas deveriam ser usadas para aumentar a precisão e o grau de confiança desses resultados. A partir de uma analogia com a arte, propõe-se uma estrada que assegure a rigidez necessária a qualquer investigação científica.

Palavras chave:

investigação sociológica;
pesquisa; cenário; Durkheim.

* Professor do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), em Presidente Prudente. Realizou o estágio de Pós-doutoramento na Universidade Lusófona, com uma bolsa da CAPES alberto@prudente.unesp.br

I. Sobre a questão do método

A questão do “método” na pesquisa em Ciências Sociais tem sido objeto de inúmeras discussões e produção de vários textos no sentido de esclarecer sua relevância no contexto acadêmico em geral.

Selltiz (1974), Smith (1983), Smith e Heshusius (1986), Ludke e André (1986), Thiollent (1988), Ludke (1992), Fazenda (1989; 1992) são alguns dos autores que têm se dedicado ao tema. Selltiz (1974, p. 9) argumenta que, “embora a pesquisa não possa dar respostas finais às perguntas que estuda, tem havido um constante esforço para criar processos que aumentem a provável precisão de respostas de pesquisa”.

Um dos principais eixos dessa discussão tem sido como validar os resultados da pesquisa, ou seja, que caminhos e instrumentos devem ser utilizados para aumentar o grau de precisão e confiabilidade destes resultados. Como afirma Selltiz (1974), apesar da impossibilidade de respostas finais, principalmente quando se trata de analisar fenômenos sociais, é necessário aperfeiçoar processos que permitam aproximações cada vez mais fidedignas com relação ao fenômeno estudado.

Portanto, a decisão do caminho a ser seguido na investigação científica é um dos aspectos fundamentais para o “sucesso” da pesquisa. Ludke (1992, p. 37) menciona a possibilidade de se encontrar um caminho feliz na pesquisa.

Inspirando-me na raiz grega do termo método, que evoca caminho, e atentando para a evolução da própria concepção de metodologia, que hoje se preocupa muito mais com o percurso que levará o pesquisador à construção do conhecimento do seu objeto de estudo, do que com as regras que ele deverá seguir, gostaria de compartilhar com os colegas as lições de um caminho feliz.

Esta deve ser a grande preocupação do pesquisador ao delimitar o problema a ser investigado: como caminhar assegurando um *caminho feliz* para a pesquisa? Além disso, cabe aqui também uma reflexão sobre como a pesquisa pode instrumentalizar a ação. Conhecimento e ação na pesquisa em Ciências Sociais se articulam na medida em que a produção do conhecimento sobre o fenômeno existe em função de uma demanda social. “Temos que fazer isso ou aquilo para alterar a situação [...]”, afirma Thiollent (1988, p. 40).

Segundo o autor, os modos de construção da legitimidade do conhecimento científicos passam pelo domínio da ética.

Os pesquisadores discutem, avaliam e retificam o envolvimento normativo da investigação e suas propostas de ação decorrentes. Frequentemente, na relação entre descrição e norma de ação, o ponto de partida não é a descrição objetiva e sim as exigências associadas à norma. Isto é metodologicamente condenável. Em função de uma norma de ação preexistente, instituída ou não, o pesquisador pode ser levado a descrever os fatos de um modo favorável às conseqüências práticas correspondentes às exigências daquela norma. Trata-se de um efeito de

“contaminação” das normas de ação sobre a observação, ou a descrição. Não sabemos se é possível neutralizar esse efeito. Seja como for, esta fonte de distorção deve ficar sob controle dos pesquisadores, dos pontos de vista metodológico e ético. (Thiollent, 1988, p. 40)

Em outras palavras, o que temos observado é que de um lado há um certo “conservadorismo positivista” defendendo a idéia que a pesquisa científica deve estar apoiada nos pressupostos da neutralidade e objetividade. De outro lado, uma posição mais flexível cujo cerne é a promessa de melhores condições de investigação que apresentassem resultados concretos para o conjunto da sociedade.

Se a pesquisa não deve ser submetida às normas de ação e aos princípios de neutralidade e objetividade, também não se pode perder de vista que a produção do conhecimento científico deve ser clara e transparente, acessível ao conjunto da população. Qual seria, então, o caminho para assegurar rigor científico, transparência e ética na produção do conhecimento científico?

Em primeiro lugar, creio ser fundamental assegurar condições prévias para a investigação como um bom balizamento teórico-metodológico, um bom desenho da pesquisa (o que queremos olhar, por que queremos olhar e como queremos olhar) e princípios éticos. Evidentemente que os limites do que é ético ou não são muito tênues, e, como reconhece Thiollent (1988), talvez não seja possível neutralizar esse efeito, mas os pesquisadores podem assegurar um maior controle desta variável.

Além disso, há que se considerar também a possibilidade do devaneio do investigador que se permite escapar da objetividade para a construção de um novo saber exercitando sua fantasia criadora que significa a possibilidade do sujeito de proceder à ligação entre as idéias sem ter de respeitar verdades pré-estabelecidas. Os resultados dessa criatividade são a forma assumida pelo homem para exprimir sua visão do mundo de forma imaginativa, representativa, simbólica através de livres associações. Assim, podemos dizer que o conhecimento científico é uma forma de conhecer através da investigação metódica da realidade sem perder a dimensão da criação imaginativa que permite à razão estabelecer livremente relações entre as representações, as imagens e os conceitos sobre a realidade investigada.

Chegamos então a um ponto crucial sobre a discussão do método: se a ciência pode ser definida como a etapa na qual o homem torna-se criador consciente do conhecimento e descobre-se como sujeito de uma consciência metódica (capacidade de estabelecer conexões entre idéias e conceitos) como assegurar a inventividade e criatividade do processo de conhecer?

Quanto a essa questão, cabe aqui refletir sobre a constituição da razão moderna. Descartes, em *Meditação Primeira* (p. 17), defende abertamente a dúvida hiperbólica como forma de enfrentar os erros dos sentidos.

Há já algum tempo eu me apercebi de que, desde meus primeiros anos, recebera muitas falsas opiniões como verdadeiras, e de que aquilo que depois eu fundei em princípios tão mal assegurados não podia ser senão mui duvidoso e incerto;

de modo que me era necessário tentar seriamente, uma vez em minha vida, desfazer-me de todas as opiniões a que até então dera crédito, e começar tudo novamente desde os fundamentos, se quisesse estabelecer algo de firme e de constante nas ciências (...) Tudo o que recebi, até presentemente, como o mais verdadeiro e seguro, aprendi-o dos sentidos ou pelos sentidos: ora, experimentei algumas vezes que esses sentidos eram enganosos, e é de prudência nunca se fiar inteiramente em quem já nos enganou uma vez.

Desta forma, poderíamos dizer que, metaforicamente, inaugura-se a razão moderna, objetiva, livre dos sentidos e da subjetividade, o que, de alguma forma, inibe a criatividade.

Mas de que razão falamos? Falamos da razão iluminista cujo projeto era o desencantamento do mundo¹ através da sujeição desse mundo ao critério da calculabilidade e da utilidade, ou seja, só reconhece como verdade aquilo que se deixa captar pela unidade. Em outras palavras, a ciência aproxima-se do objeto a ser investigado e o desmistifica tornando-o inteligível, graças ao distanciamento do sujeito em relação ao objeto. Durkheim (1982, p. XV) sintetiza com objetividade esta idéia de distanciamento do sujeito em relação ao objeto:

O tratamento científico dos fatos sociais é tão pouco habitual que algumas das proposições contidas neste livro correm o risco de surpreender o leitor. Todavia, se existe uma ciência das sociedades, é de esperar que ela não se limite a ser paráfrase de preconceitos tradicionais, e, sim, que mostre as coisas de maneira diferente da encarada pelo vulgo; pois o objetivo de toda ciência é descobrir, e toda descoberta desconcerta mais ou menos as opiniões formadas. É preciso que o sociólogo tome resolutamente o partido de não se intimidar com os resultados alcançados pelas pesquisas, quando metodicamente conduzidas, a menos que, em sociologia, se conceda ao senso comum uma autoridade de que há muito tempo não goza nas outras ciências e que, aliás, não vemos de onde lhe poderia provir (...) (Assim) Estender à conduta humana o racionalismo científico é, realmente, nosso principal objetivo, fazendo ver que, se ao analisarmos no passado, chegaremos a reduzi-la a relações de causa e efeito (...)

Como se pode ver, o propósito é objetivar a razão de forma a que quaisquer variáveis subjetivas estejam sob absoluto controle do investigador. Os fatos sociais devem ser tratados como coisas, eis a máxima do pensamento durkheiminiano. Quanto ao conceito de coisificação do objeto, sinto-me atraído a remeter-me às considerações de Durkheim (1982, p. XV-XIII) em *As regras do método sociológico*, onde, ao expor a regra fundamental de seu método sociológico, requer que "... o sociólogo que se coloque num estado de espírito semelhante ao dos físicos, químicos, fisiologistas, quando se aventuram numa região ainda inexplorada de seu domínio científico".

Qual é o grande problema desta proposta metodológica? A resposta está exatamente na afirmação primeira: tratar os fatos sociais como coisas. Isto é, ao tratarmos os fatos sociais como coisas, perdemos a sua magnitude e tendemos a interpretações enviesadas e distorcidas do real.

Como podemos observar, Durkheim inspira-se especialmente no raciocínio cartesiano e no empirismo baconiano para afirmar que a busca de um método empírico para a sociologia depende de uma seqüência de passos, a saber: definição do objeto a ser observado; descrição dos fatos “normais”; classificação dos fatos em espécies, gêneros e tipos; investigação comparada dos fatos classificados; e tentativa de dedução da lei geral que rege os fatos analisados.

Embora, seja impossível desconhecer a contribuição de Durkheim para a reflexão sobre as alternativas metodológicas para as ciências sociais, precisamos reconhecer que os limites são claros, uma vez que a “biologização” do método sociológico revela sua má vontade em relação a procedimentos teóricos ante de tentarmos esboçar qualquer modelo de explicação.

Essa postura metodológica, se, por um lado, permite a constituição e consolidação de um método científico efetivamente sociológico, por outro lado, reafirma uma tendência de objetivação da razão que Horkheimer (1976, p. 28) vê como uma perda de autonomia do sujeito através da instrumentalização da razão.

Tendo cedido em sua autonomia, a razão tornou-se um instrumento. No aspecto formalista da razão subjetiva, sublinhado pelo positivismo, enfatiza-se a sua não referência a um conteúdo objetivo; em seu aspecto instrumental, sublinhado pelo pragmatismo, enfatiza-se a sua submissão a conteúdos heterônimos. A razão tornou-se algo inteiramente aproveitado no processo social. Seu valor operacional, seu papel no domínio dos homens e da natureza tornou-se um único critério para avaliá-la. Os conceitos se reduziram a síntese das características que vários espécimes têm em comum. Pela denotação de semelhança, os conceitos eliminaram o incômodo de enumerar qualidades e servem melhor assim para organizar o material de conhecimento (...) Quanto mais as idéias se tornaram automáticas, instrumentalizadas, menos alguém vê nelas pensamentos com significado próprio. São consideradas como coisas, máquinas. A linguagem tornou-se apenas mais um instrumento no gigantesco aparelho de produção da sociedade moderna.

Deparamo-nos, então, com duas questões fundamentais: há que existir um espaço para a aproximação do objeto, para o devaneio por parte do pesquisador (devaneio tomado como espaço do sonho possível), ou seja, um espaço de imaginação” (...) não evasiva, mas pródiga, não contraditória, antes ébria de oposição. A imaginação é o ser que se diferencia para estar seguro de tornar-se”²; O mesmo Horkheimer, (1976, p. 32) reforça essa idéia dizendo que “quanto mais emasculado se torna o conceito de razão, mas facilmente se presta à manipulação ideológica e à propagação das mais clamorosas mentiras”. Ou seja, é na interpretação do discurso objetivo dos atores que torna possível compreender como os mesmos percebem-se no mundo.

Não se trata aqui da defesa de uma postura metodológica que apreenda o real, mas sim de uma postura que considere o processo de construção das representações sociais como síntese de múltiplas determinações, como resultado da inserção do sujeito no mundo, sob risco de nos tornarmos como o “Barão de Munchausen”, personagem de contos infantis, famoso por suas pródigas mentiras.

II. Sobre os princípios de investigação

A construção do referencial teórico-metodológico para a inserção do investigador no campo de pesquisa revela-se de fundamental importância, uma vez que é preciso saber o que “olhar” sob risco de tudo olhar e nada ver. Em outras palavras, a natureza do estudo proposto exige do investigador uma postura cuidadosa e atenciosa para com o objeto, uma vez que é através da observação das “coisas cotidianas” é que é possível ver o que está oculto, ouvir o que não foi dito e ler aquilo que não está escrito.

Assim, entendemos como acertado considerar dois aspectos fundamentais: 1º considerar as *representações* como resultado de práticas sociais concretas, ou seja, síntese de múltiplas determinações, sem recair num materialismo mecanicista; 2º considerar que as *representações* não são simplesmente resultado dessas práticas sociais, mas sim como a teia de relações cotidianas que refletem a produção material e a produção intelectual do grupo social, isto é, as *representações* constituem na *costura* do mundo *material* e do mundo *imaginário*, considerando-se aqui o imaginário como a forma através da qual o grupo e o indivíduo interpretam e se apropriam do mundo.

Assim, num estudo com essa abordagem deve-se levar em conta que o discurso científico sempre é parcial por que se constitui numa aproximação de uma realidade múltipla e difusa.

III. Sobre a delimitação do objeto

Delimitar o campo do estudo é uma tarefa complexa e prazerosa ao mesmo tempo. Para o investigador significa apontar seu foco para um “lócus” específico. Para isso, parece fundamental que o pesquisador identifique:

1. os atores sociais a serem observados/investigados;
2. o cenário, ou seja, os espaços sociais nos quais se movem os atores sociais³;
3. o contexto histórico-social no qual movem-se os atores sociais.

Esta proposta metodológica revela-se pertinente, uma vez que privilegia o “olhar qualitativo”. Além disso, a proposta de uma leitura interdisciplinar possibilita um “olhar” mais cuidadoso e pormenorizado sobre o objeto. Mesmo considerando-se que o trabalho do pesquisador aumenta consideravelmente, a proposição da interdisciplinaridade revela dados, informações, características e peculiaridades das representações dos sujeitos analisados que provavelmente escapariam ao investigador numa outra abordagem como por exemplo, a quantitativa ou estatística.

1. Qual é o sentido da delimitação do cenário da pesquisa e a conciliação com o método?

Podemos considerar dois aspectos fundamentais, presentes nas delimitações da pesquisa:

- a) a escolha do método revela a opção por um percurso dentre tantos outros possíveis e representa a possibilidade de compreensão do universo investigado;
- b) a opção metodológica (entendida como reflexão sobre as possibilidades de conhecimento) reflete as opções teóricas do autor da investigação.

Em outras palavras, ao delimitar e desenhar o cenário da pesquisa, o pesquisador deve considerar a intenção de, usando palavras de Gurvitch (1969, p. 31), construir uma “uma dialética entre o parcial e o global, que toma por vezes o caráter de complementaridade, outras o da implicação mútua, da polarização, ou, por fim, da reciprocidade de perspectivas, dialética característica do conjunto da vida social”, isto é, há sempre uma possibilidade de ao abordar o microssociológico e o macrosociológico, o investigador construir um quadro geral do real que lhe permita compreender as particularidades da tessitura social investigada e ao mesmo tempo, compreender as implicações sociais, políticas e econômicas do fenômeno estudado no todo e vice-versa.

Há sempre o risco de que o investigador se sinta atraído pela facilidade dos raciocínios mecânicos. Porém, há também a possibilidade de que ao correr esse risco, o investigador consiga compreender os procedimentos para a construção da ordem social ao mesmo tempo em que compreenda as implicações desta construção no universo microssociológico (Coulon, 1995). Trata-se de um risco calculado.

IV. Sobre os novos paradigmas do conhecimento

As opções teórico-metodológicas que fazemos ao desencadearmos um estudo devem levar em conta dois aspectos básicos: 1. a consideração de que, ao contrário de ser uma “coisa estática”, o objeto de investigação é dinâmico e provisório, sujeito a injunções nem sempre controladas pelo pesquisador; 2. considerando-se esta dinamicidade do “fato”, há que se considerar que o “método” também se constrói no cotidiano da pesquisa, “em busca de novos paradigmas e discursos articulados ao reexame de autores clássicos e à reflexão histórica no desvendamento de contextos e fenômenos que caracterizam a trajetória e a condição atual de nossa modernidade incompleta”. (Fausto Neto, 1994, p. 7)

V. Sobre o modelo de estudo

A definição do modelo de estudo parece-me questão fundamental para o bom encaminhamento do trabalho científico. Por isso, exige cuidados importantes como

a definição de critérios de investigação prévios, ainda que flexíveis. Demo (1983, p. 45), ao referir-se à construção do objeto, afirma que:

O cientista não é somente um fenómeno lógico e formal. É igualmente um fenómeno social. Quer dizer, não consegue fazer ciência social sem imiscuição ideológica, embora possa controlá-la por vezes de forma bastante eficiente. Não capta propriamente a realidade assim como ela é, mas como a vê.

Em outras palavras, na delimitação do objeto, o investigador deve ter em mente os seguintes aspectos:

1. criticidade em relação ao objeto de estudo e ao método científico;
2. rigor na delimitação (modelo de estudo) do objeto e na investigação;
3. aprofundamento teórico recusando as abordagens superficiais;
4. clareza da necessidade de superação dos modelos teóricos existentes e de articulá-los ao novo conhecimento produzido.

Assim, a definição dos sujeitos de uma pesquisa faz-se com base no universo delimitado para investigação mediante critérios definidos em função do recorte teórico-metodológico que faz o investigador. Ou seja, os personagens ou atores sociais não são definidos aleatoriamente, mas sim de acordo com sua inserção no campo de estudo delimitado.

Para isso, entendo ser fundamental inovar na metodologia de investigação. A proposta de aliar à tradicional pesquisa participante, elementos da etnometodologia e da etnografia revela atitude corajosa e não-convencional. Soares e Fazenda (1992, p. 125) ao falar sobre as metodologias não convencionais, descrevem o seguinte:

Metodologias “não-convencionais, negando a possibilidade de neutralidade e de objetividade, admitem o pesquisador como *locutor* - locutor já não é o referente, a terceira pessoa, já não é “ele” (o “dado”); é o pesquisador, é o “eu” quem assume esse papel daquele que fala, daquele que revela; em certas modalidades de pesquisa “não-convencional”, como na pesquisa participante, na pesquisa-ação, na pesquisa de natureza etnográfica, até se atribui também aos pesquisadores o papel de locutores: quem fala, quem revela, somos “eu” e “você”; não propriamente “nós”, mas o “eu”, pesquisador, junto com o “você”, pesquisados, produzindo juntos o conhecimento.

(...) Nesse tipo de pesquisa, o *interlocutor* privilegiado seriam os próprios pesquisados, aqueles que “participam”, aqueles com que e por quem uma “ação” é deflagrada, aqueles que informam e desvelam...

Assim, podemos perceber a “inovação metodológica” proposta pelo autor que nos incita a prosseguir na leitura em busca dos desvendamentos e das descobertas realizadas sobre o discurso daqueles *com que e por quem uma ação é deflagrada*.

VI. Sobre a coleta de dados

O processo de coleta de dados revela-se como uma das fases mais relevantes do processo de investigação.

Seltiz (1974, pp. 265-67) reconhece na entrevista semi-estruturada um grande potencial para a coleta de dados por permitir inferências por parte do investigador, interpretações acerca daquilo que não está escrito ou dito, mas está nas entrelinhas, principalmente porque entrevistador e entrevistado estão presentes no momento em que são formuladas as perguntas.

Dá-se grande peso à descrição verbal da pessoa para obtenção de informação quanto aos estímulos ou experiências a que está exposta e para o conhecimento de seu comportamento...A descrição da pessoa pode ou não ser aceita por seu valor aparente; pode ser interpretada através de outros conhecimentos a seu respeito ou através de determinada teoria psicológica; é possível fazer inferências a respeito de aspectos de sua atuação que não descreveu.

Numa entrevista – como o entrevistador e a pessoa entrevistada estão presentes no momento em que as perguntas são apresentadas e respondidas – existe oportunidade para maior flexibilidade para a obtenção de informações.

Seltiz (1974, p. 228-29) descreve a entrevista como um dos tipos de observação direta, que apesar das limitações tem uma grande vantagem:

(...) a possibilidade de registrar os acontecimentos, simultaneamente com sua ocorrência espontânea (...) a observação pode servir a diferentes objetivos da pesquisa. Pode ser usada de maneira exploratória, a fim de conseguir intuições que mais tarde serão verificadas por outras técnicas (...)

Ao propor a entrevista como recurso metodológico, o pesquisador assegura a transposição literal do discurso do informante, gravando a entrevista. Apesar do constrangimento inicial em relação ao equipamento de gravação (mini-gravador), a riqueza de informações é inestimável.

Esta abordagem parece-me a mais adequada, pois apesar dos limites deste tipo de observação, pode-se conseguir garantir o principal objetivo do trabalho, qual seja, um peso maior à descrição do informante.

Ao realizar as entrevistas pode-se constatar a veracidade do enunciado acima. À medida que a entrevista se desenrola e a relação entrevistador-intervistado torna-se menos tensa, mais amistosa, torna-se possível dirigir o foco para o problema central, sem no entanto desprezar informações periféricas que contribuiram muito para a *montagem* de um quadro mais geral sobre o sujeito.

Recorrendo mais uma vez a Seltiz (1974), parece-me que a melhor maneira para lidar com sentimentos e valores é perguntar ao sujeito em questão de forma que ele tenha liberdade de dizer o que quiser e como quiser. A tarefa do pesquisador é exatamente descobrir como lidar com essa informação.

O passo seguinte consiste em fazer o caminho de volta, ou seja, num primeiro momento o pesquisador mergulha profundamente no referencial teórico sobre o

tema, para em seguida tentar sair dele para a construção do seu próprio texto, e a partir de então, subsidiado pela reflexão teórica, partir para a investigação no campo; trata-se então de voltar a esse referencial e tal qual um artesão realizar as *costuras* possíveis e necessárias para a produção do novo conhecimento.

Nesse momento, caracterizado por sua densidade, tensão e paradoxalmente, pelo prazer, podemos identificar a ludicidade da investigação científica. Em conferência ministrada durante os seminários de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília em 1990, a Professora Menga Ludke ao descrever o processo de pesquisa, dizia que o trabalho científico tem algo de lúdico, assim como *empinar pipa*⁴. O garoto quando se dedica a essa brincadeira adota uma série de procedimentos como confeccionar a armação de bambu, cortar o papel com relativa simetria para que a *pipa* suba, confeccionar o *rabo da pipa*, o lastro para equilibrá-la no ar, até finalmente empiná-la atada a um rolo de linha forte o bastante para suportar o seu peso.

Ao propormos um trabalho científico, seguimos passos semelhantes: construímos a armação, ou seja, o referencial teórico; fazemos os recortes necessários para que o projeto se sustente; confeccionamos o lastro teórico para garantir o equilíbrio e usamos uma *linha*, isto é, o fio condutor de todo trabalho científico.

Assim como a brincadeira pode representar as ligações entre o real e o imaginário, entre fazer e criar, o trabalho científico pode assumir o sentido de uma fantasia criativa na qual o investigador por estabelecer as conexões entre o saber acumulado, os procedimentos metodológicos para produção de novos conhecimentos e subjetividade dos atores envolvidos na investigação.

VII. As sutilezas da ciência: papéis, diálogos e encenações

A arte de representar confunde-se com a história do homem e das situações vivenciadas cotidianamente através do culto, da religiosidade, da necessidade de prestígio ou simplesmente pela necessidade de expressão de suas impressões sobre o mundo. Entre o fantástico e o real, representar também significa uma forma de conhecer.

A ciência, através das suas sutilezas, tem sido artifício de representação do mundo pelos mais diversos atores. Qual é o sentido dessa analogia? Em ambas as formas de representação existem atores que desempenham seus papéis, estabelecem seus diálogos e encenam seus dramas envoltos por um enredo e um cenário, sem que necessariamente haja começo, meio e fim.

Quando a cortina desce e aparentemente o espetáculo se encerra, parece-nos que uma nova história de bastidores se inicia. Os atores desta “peça” nunca mais serão os mesmos e o escritor também não.

Acaso será que existe um autor capaz de indicar “como” e “por que” uma personagem lhe nasceu na fantasia? O mistério da criação artística é idêntico ao do nascimento natural. A mulher que ama poderá desejar muito ser mãe, porém, o desejo apenas, embora profundo e intenso, não é suficiente. Entretanto, um dia

ela se tornará mãe, sem contudo Ter-se percebido do momento em isso se deu. O mesmo acontece com o artista: vivendo, ele reúne em si um sem-número de germes de vida e nunca poderá afirmar “como” e “por que”, num determinado momento, um desses germes vitais penetrou a sua fantasia para tornar-se, também ele, uma criatura viva, no plano da vida superior, acima da volúvel existência de todos os dias⁵.

Notas

- ¹ Horkheimer, Max (1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*/Max Horkheimer e Theodor Adorno; Tradução Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ² Pessanha, José Américo M. (1988). *BACHELARD: vida e obra*. In: Bachelard. São Paulo: Nova Cultural. Coleção Os Pensadores, p. XII.
- ³ Peter Berger apresenta grande contribuição ao discutir os conceitos de palco e cenário na pesquisa sociológica. Berger, P. I. (1980). *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. Petrópolis: Vozes.
- ⁴ Papagaio, em Português europeu.
- ⁵ Pirandello, L. (1981). *Seis personagens à procura de um autor*. Tradução de Mário da Silva, Brutus Pedreira e Elvira Rina Malerbi Ricci. São Paulo: Abril Cultural, p. 326.

Referências bibliográficas

- A história do teatro. (2003). Consultado em 06 de novembro de 2003. [Http://www.feranet21.com.br/artes/teatro/historia_teatro.htm](http://www.feranet21.com.br/artes/teatro/historia_teatro.htm)
- Berger, P. (1980). *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. Petrópolis: Vozes.
- Demo, P. (1981). *Metodologia científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas.
- Demo, P. (1983). *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo: Atlas.
- Durkheim, E. (1982). *As regras do método sociológico*; Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Fausto Neto, A. M. Q. (1994). *Tecendo saberes*. Rio de Janeiro: Diadorim.
- Gurvitch, G. (1969). *Os quadros sociais do conhecimento*. Rio de Janeiro: Moraes.
- Horkheimer, M. (1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*/Max Horkheimer e Theodor Adorno; Tradução Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Horkheimer, M. (1976). *Eclipse da razão*. São Paulo: Labor.
- Ludke, M. & André, M. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U.
- Pessanha, J. A. M. (1988). *Bachelard: vida e obra*. In *Bachelard*. São Paulo: Nova Cultural. Coleção Os Pensadores.
- Pirandello, L. (1981). *Seis personagens à procura de um autor*. Tradução de Mário da Silva, Brutus Pedreira e Elvira Rina Malerbi Ricci. São Paulo: Abril Cultural.
- Selltiz, C. et al. (1974). *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: E.P.U.
- Smith, J. K. (1983). Pesquisa quantitativa x qualitativa: uma tentativa de esclarecer o problema. *Educational Research*, 3, 15-34.
- Smith, J. K. & Heshusius, I. (1986). Encerrando a conversa: o fim do debate quantitativo-qualitativo entre os pesquisadores educacionais. *Educational Research*, 1, 51-70.
- Soares, M. & Fazenda, I. (1992). Metodologias não-convencionais em teses acadêmicas. In I. Fazenda (org.) *Novos enfoques da pesquisa educacional*. 2 ed. São Paulo: Cortez.